



Diário Oficial Eletrônico

Município de Piracema – MG

Piracema, 18 de Outubro de 2023 – Diário Oficial Eletrônico – ANO XII | Nº 383 – Lei Municipal 1.142 de 14/09/2012

MUNICÍPIO DE PIRACEMA ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1506, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

“DISPÕE SOBRE A ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR REPASSADA PELO GOVERNO FEDERAL VISANDO DAR CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA LEI Nº 7.498, DE 25 DE JUNHO DE 1986, ARTIGO 15-C, DECORRENTE DAS ALTERAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 14.434, DE 4 DE AGOSTO DE 2022 QUE INSTITUIU O PISO SALARIAL NACIONAL DO ENFERMEIRO, DO TÉCNICO DE ENFERMAGEM, DO AUXILIAR DE ENFERMAGEM E DA PARTEIRA.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRACEMA/MG Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o valor adicional que será repassado mensalmente pela União a este Município, a título de Assistência Financeira Complementar, visando dar cumprimento ao disposto na Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, artigo 15-C, decorrente das alterações impostas pela Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, Portaria GM/MS nº 1.355/2023 que instituiu o piso salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.

Art. 2º Considera-se piso salarial para os fins desta Lei o valor remuneratório dos profissionais, equivalente ao somatório do vencimento básico (VB) às vantagens pecuniárias de natureza Fixa, Geral e Permanente (FGP), não sendo computadas, dessa forma, parcelas indenizatórias, vantagens pecuniárias variáveis, individuais ou transitórias.

Art. 3º O valor da Assistência Financeira Complementar não altera o regime jurídico e os valores de vencimento dos cargos de que trata esta Lei.

Art. 4º Os valores repassados a título de Assistência Financeira Complementar pela União, serão destacados na folha de pagamentos dos profissionais com rubrica específica.

Art. 5º A Assistência Financeira Complementar transferida pela União não implica em aumento automático de outras parcelas ou vantagens remuneratórias e não será incorporada as remunerações dos profissionais.

Art. 6º Compete a União custear, nos termos da Emenda Constitucional nº 127, de 22 de dezembro de 2022, os valores a título de Assistência Financeira Complementar para atingimento do piso salarial, não sendo repassada essa responsabilidade de forma automática ao Município, estando este desobrigado do seu cumprimento em caso de não transferência dos recursos pela União.

Art. 7º Fica o Município autorizado a conceder o pagamento da complementação de valores aos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, e parteiras, vinculados à Administração Municipal para o alcance do piso salarial estipulado, até o limite da Assistência Financeira Complementar transferida pela União.

Art. 8º Para suportar as despesas originadas da presente Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais), com recursos originados do excesso de arrecadação, para acrescentar fonte de recursos na seguinte classificação orçamentária, constante na lei nº 535, de 19 de dezembro de 2022:

02. Executivo

02.07. Secretaria Municipal de Saúde

02.07.10. Fundo Municipal de Saúde

10. Saúde



Diário Oficial Eletrônico

Município de Piracema – MG

Piracema, 18 de Outubro de 2023 – Diário Oficial Eletrônico – ANO XII | Nº 383 – Lei Municipal 1.142 de 14/09/2012

10.122. Administração Geral

10.122.1006. Gestão das Políticas de Saúde

10.122.1006.2360. Piso salarial dos profissionais da enfermagem

3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado

R\$123.660,00 (cento e vinte e três

mil seiscentos e sessenta reais)

605 – Assistência financeira da União destinada à complementação ao

pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem R\$ R\$123.660,00 (cento e vinte e três mil

seiscentos e sessenta reais)

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

R\$56.340,00 (cinquenta e seis

mil trezentos e quarenta reais).

605 – Assistência financeira da União destinada à complementação ao

pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem R\$56.340,00 (cinquenta e seis mil trezentos e

quarenta reais).

Art. 9º Caberá ao gestor municipal o repasse dos recursos às entidades privadas sem fins lucrativos e às que participam de forma complementar ao SUS e atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo SUS até o limite da Assistência Financeira Complementar transferida pela União, de acordo com os registros dos estabelecimentos validados pelo Ministério da Saúde.

§1º Esse repasse deve ser realizado pelo gestor em até 30 (trinta) dias após o Fundo Nacional de Saúde – FNS creditar os valores da Assistência Financeira Complementar na conta bancária específica do Fundo Municipal de Saúde.

§2º As entidades privadas sem fins lucrativos beneficiárias deverão prestar contas da aplicação dos recursos ao respectivo gestor do municipal, o que deverá compor o Relatório Anual de Gestão–RAG.

Art. 10º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de maio de 2023. Piracema, 18 de outubro de 2023. **WESLEY DINIZ, PREFEITO MUNICIPAL.**

Publicado em 18/10/2023 no Quadro de avisos (Lei Municipal nº 904/2001) e no DOE (Lei Municipal nº 1.142/2012).

EXPEDIENTE

ÓRGÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACEMA

ÓRGÃO GESTOR:

Gabinete do Prefeito

ÓRGÃOS PUBLICADORES:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças